



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 20 ANOS

POSITION PAPER, SETEMBRO DE 2018

NÚCLEO ÁSIA Grupo China

AUTORAS:

Anna Jaguaribe, Conselho Curador

Tatiana Rosito, *Senior Fellow* e
coordenadora do Grupo Permanente
de Análise sobre China

TEMA

Brasil-China: por uma parceria estratégica global sustentável para o século XXI



PENSAR DIALOGAR DISSEMINAR INFLUENCIAR

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua para influenciar positivamente a construção da agenda internacional do país.

Fundado há quase 20 anos por um grupo de empresários, diplomatas e acadêmicos, o CEBRI tem ampla capacidade de articulação, engajando em seu plano de trabalho os setores público e privado, a academia e a sociedade civil. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes e com uma rede de mantenedores, constituída por instituições de múltiplos segmentos.

#2 Think tank do Brasil

#3 Think tank da América Latina

*Think Tanks and Civil Society Program da
Universidade da Pensilvânia*

www.cebri.org

Todos os direitos reservados.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea

Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044

Tel + 55 21 2206-4400 - cebri@cebri.org.br - www.cebri.org

NÚCLEO ÁSIA

MEMBRO DO CONSELHO:

Anna Jaguaribe

Diretora do Instituto de Estudos Brasil-China
(IBRACH/UFRJ)

SENIOR FELLOW:

Tatiana Rosito

Diplomata e economista, atualmente
Representante-Chefe da Petrobras na China

Este trabalho é produto das atividades do Núcleo Ásia do CEBRI, sob supervisão da Conselheira Anna Jaguaribe, em particular do Grupo Permanente de Análise sobre China, coordenado pela *Senior Fellow* Tatiana Rosito.

O “Grupo China” reuniu-se nove vezes desde sua criação, em setembro de 2017, tendo congregado mais de 400 pessoas para debates estruturados a respeito de temas específicos, sobre os quais foram produzidos *fact sheets* preparatórios e relatórios finais divulgados entre os membros e participantes, incluindo diplomatas, acadêmicos, gestores públicos, empresários, entre outros especialistas nacionais e estrangeiros. Com vistas a fomentar discussões específicas, que se beneficiem da experiência multiperspectiva e prática de indivíduos e entidades, o grupo segue as regras de Chatham House, que são respeitadas nos relatórios.

Como parte da contribuição do CEBRI para o debate nacional sobre as relações Brasil-China, a partir de seu próximo ciclo, o Grupo China passará a disponibilizar todos os relatórios no website do CEBRI.

As ideias e opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade das autoras e não constituem posicionamento de outras instituições ou entidades às quais estejam profissionalmente vinculadas.

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) foi criado há exatos vinte anos com o objetivo de fomentar a reflexão sobre as relações internacionais do País.

A fim de aprofundar e expandir essa reflexão, foram instituídos em 2017 núcleos temáticos voltados para o debate de questões estratégicas, sendo sugeridas diretrizes para os formuladores de políticas públicas e formadores de opinião. Trata-se, sobretudo, de contribuir para a construção de uma agenda internacional propositiva para o Brasil.

Tais núcleos temáticos concentraram seu trabalho em setores considerados como de maior potencial para alavancar o desenvolvimento nacional, foco de uma política de governo que coordene as diversas dimensões das ações governamentais, no plano internacional e doméstico, em linha com os objetivos permanentes dos Estados modernos, a saber, crescimento com justiça social e melhor distribuição da renda.

Infraestrutura, energia e agronegócio foram objeto de um olhar interdisciplinar que contempla o impacto resultante das mudanças do clima e do meio ambiente, e do uso da terra. São setores que passaram a ocupar no nosso tempo posição de destaque na agenda internacional e que requerem especial atenção da diplomacia brasileira nas esferas multilateral, regional e bilateral.

As discussões realizadas no âmbito dos núcleos temáticos resultaram em documentos com recomendações concretas e apontamentos para o enfrentamento de desafios de ordem interna, levando em conta as transformações por que passa o mundo às vésperas da terceira década do nosso século. Apesar da variedade e alcance das sugestões dos núcleos temáticos, a política externa representa fator unificador de suas propostas, na medida em que o tema da inserção internacional do Brasil é decisivo para todos os núcleos.

Assim, quatro diretrizes inspiraram as proposições apresentadas, todas destinadas a proporcionar uma inserção internacional do País à economia global a partir da construção de um planejamento de longo prazo.

A primeira diretriz deriva da necessidade de uma nova rodada de liberalização comercial, de crucial importância para o crescimento da produtividade do trabalho, da redução do custo Brasil e do aumento das taxas de investimento. Como legado do período de substituição de importações, a imposição de tarifas altas e o recurso a incentivos fiscais seletivos responde a interesses setoriais em detrimento da integração competitiva do País a cadeias regionais e globais de valor. Há mais de vinte anos o setor industrial no Brasil não experimenta ganhos substanciais de produtividade. A redução da tarifa máxima e eliminação de exigências

de conteúdo nacional, bem como outras barreiras não-tarifárias, são essenciais para a atração de investimento direto externo, gerando ganhos de produtividade e favorecendo a retomada do crescimento no país. Deve-se ressaltar, ainda, a complementariedade entre a produtividade agrícola e a industrial, que reitera a importância de defender nos diferentes foros nossos direitos de acesso aos mercados para produtos agrícolas.

A segunda diretriz aponta a emergência da Ásia, e da China em particular, como fator de relevo para o desenho de uma estratégia “geloconômica” que, levando em consideração o quadro de rivalidade e disputa entre os EUA e a RPC, otimize as nossas relações com ambos parceiros. Neste contexto, a iniciativa *Belt & Road* representaria importante oportunidade para atração de investimentos em infraestrutura no país, contribuindo positivamente para a redução do custo logístico das exportações brasileiras.

A terceira diretriz se refere à premissa de que as vias multilateral e preferencial para a integração comercial não são opções mutuamente exclusivas. Frente à atual paralisia das negociações multilaterais, a proliferação de novos arranjos e mega-acordos comerciais realça o isolamento do Brasil e assinala a importância de avançar na negociação de acordos preferenciais com parceiros estratégicos, abrangendo temas como serviços, propriedade intelectual e investimentos. O necessário exercício de integração comercial através das vias multilateral e preferencial, porém, não inviabiliza a liberalização comercial autônoma, a partir de ampla e gradual reforma tarifária, tal qual apresentado nos *position papers*.

Finalmente, quarta diretriz resgata o papel do Brasil no continente latino-americano, em que ressaltam a parceria estratégica com a Argentina e a capacidade dos sócios do Mercosul para negociar acordos comerciais com parceiros de dentro e de fora da região. Neste sentido, deve-se garantir que o bloco não represente entrave à inserção econômica brasileira, avançando rumo ao aperfeiçoamento da união aduaneira e à consolidação de um modelo de regionalismo aberto no Cone Sul.

Política externa é política de Estado, alinhada com as outras políticas públicas com o objetivo comum de ajudar na retomada do crescimento sustentável da economia para atender às necessidades da sociedade como um todo, à luz dos desafios e macrotendências globais. As recomendações e proposições delineadas nos *position papers* do CEBRI convergem na busca por soluções pragmáticas para as questões mais prementes e relevantes da nossa época.



José Pio Borges

Presidente do Conselho Curador do CEBRI



Julia Dias Leite

Diretora Executiva do CEBRI

Brasil-China: por uma parceria estratégica global sustentável para o século XXI



INTRODUÇÃO

As relações do Brasil com a China passaram por ponto de inflexão desde o início da década e encontram-se hoje no momento de maior densidade econômica e financeira de sua história, amparadas em relações políticas bilaterais abrangentes e positivas, inseridas em contexto mais amplo de ascensão global da Ásia no tabuleiro econômico internacional, sob liderança da China em particular, e de transformações tecnológicas que imprimem cenários de rápida mudança a todos os ramos das relações internacionais.

O estudo das relações Brasil-China deixa patentes assimetrias crescentes do ponto de vista econômico entre os dois países, mas também enseja a análise de **temas nacionais e globais (infraestrutura, produtividade, agronegócio, serviços, energia, sustentabilidade, mudança do clima e transição para a economia de baixo carbono, entre outros) que dificilmente podem ser pensados hoje de forma abrangente e efetiva sem considerar o papel da China como parceiro bilateral ou como potência econômica global.** Isso é crescentemente verdade mesmo para temas eminentemente regionais, como o a cooperação do Brasil com a América Latina. Mais além, a China tem ampliado seu raio de ação internacional mediante a construção de instituições com escopo ou influência global e de uma política externa mais assertiva sob o guarda-chuva da *Belt Road Initiative* (BRI) e de programas de financiamento do desenvolvimento, entre outros projetos.

Embora não seja objetivo deste trabalho discutir uma estratégia nacional de desenvolvimento, aqui mencionada sem nenhum cunho dirigista, o debate nacional indica que a retomada do crescimento econômico em bases sustentadas deve passar pelo aumento da produtividade e pela sustentabilidade (macroeconômica, ambiental, social) como alicerces básicos, impulsionadas por uma maior inserção comercial internacional e por mecanismos de mercado sustentados por instituições sólidas, incluindo planejamento e avaliação de políticas públicas no longo prazo, e conducentes a maciços investimentos em infraestrutura. **Inserção internacional, planejamento de longo prazo e investimentos em infraestrutura podem claramente beneficiar-se de uma melhor compreensão da atuação das empresas chinesas e das políticas de internacionalização da China, em particular pelas oportunidades que podem apresentar para o Brasil.**

Considere-se, em particular, que os investimentos chineses no Brasil cresceram muito rapidamente desde 2010, quando eram virtualmente irrelevantes, para a situação atual, em que empresas chinesas são *players* significativos em setores estratégicos, como o setor elétrico. O Brasil é, hoje, a maior economia ocidental a manter uma política de investimentos aberta e receptiva às empresas chinesas, inclusive estatais. Dada a larga experiência chinesa na mo-

dernização de sua infraestrutura logística, parcerias de empresas chinesas com empresas nacionais poderiam fomentar a implementação de grandes projetos de infraestrutura, inclusive em nível regional na América do Sul.

Se a relação de complementaridade entre Brasil e China nos setores do agronegócio, energia e mineração baseia-se na relação comercial entre parceiros importantes, com lastro em *commodities*, na área de investimentos em infraestrutura e do financiamento de projetos aquela relação ganha outra dimensão e exige maturidade ampliada dos dois lados. Deixa patente a falta de reciprocidade em relação à moldura de investimentos, em que a China ainda mantém restrições importantes em vários setores, mas também denota as deficiências do planejamento de longo prazo no Brasil e a dificuldade do lado brasileiro em lidar com investidores que costumam trabalhar sob demanda e com orientações claras, ainda que isso ocorra de forma difusa. Embora essa dificuldade não seja apenas brasileira, **pode ser do interesse do Brasil buscar um *modus operandi* na relação com os investidores chineses capaz de, ao mesmo tempo, respeitar as regras de mercado e exercer uma capacidade de coordenação ou ação orientadora.** Para tanto, contribuem relações políticas de simetria, entre Estados soberanos, inclusive em mecanismos como o BRICS.

Pelo papel da China como principal parceiro comercial do Brasil e grande investidor, e por sua relevância nas cadeias globais de produção, comércio e investimentos e, crescentemente, tecnológicas, **as relações do Brasil com a China devem merecer atenção ampliada e proativa do governo brasileiro e dos principais atores no setor privado e na sociedade civil. Isso é ainda mais importante ao se considerarem as distâncias características entre os dois países** (geográficas, políticas, culturais, etc.).

O contexto internacional de multipolaridade, de uma ordem global em transição e do crescente papel da China como investidor e difusor de tecnologias, abre novas oportunidades para o Brasil, tanto do ponto de vista bilateral quando regional e multilateral. Não se trata de escolher a China em detrimento de outros parceiros, mas de reconhecer que as próximas décadas provavelmente serão muito distintas das precedentes, e que a China terá participação muito importante na formação da nova ordem. **Este trabalho discute as bases para a construção de uma parceria estratégica global com a China que reflita os desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável do Brasil no século XXI e oferece uma agenda de prioridades de ação política como contribuição para o debate.**

I. SUMÁRIO E PRIORIDADES DE AÇÃO POLÍTICA

Esta seção antecipa, em cinco áreas, ações de política que são discutidas nas seções posteriores ou que podem contribuir, em temas mais específicos, para a parceria proposta. A escolha das áreas não delimita o escopo das relações bilaterais, muito mais amplo, mas busca construir moldura que alcance temas centrais para um renovado impulso à parceria Brasil-China no século XXI.

Relações Internacionais

Contexto:

- Papel internacional mais assertivo da China, com base em visão de longo prazo sobre nova ordem mundial e objetivos claros de desenvolvimento e liderança global até 2035 e 2050, apoiados por programas como a *Belt and Road Initiative* e o *Made in China 2025*.
 - Crescente assimetria econômica em relação a outros parceiros é paralela à criação de organismos em que a simetria política constitui aspecto de equilíbrio e atração. Organismos financeiros regionais e fundos criados pela China estabelecem moldura própria na relação com outros parceiros, complementar às instituições tradicionais.
 - China como um país em desenvolvimento com singularidades. Em 2018, o país já é a segunda economia do mundo mas se encontra uma posição abaixo daquela do Brasil no *ranking* de PIB per capita nominal, em 72º lugar. Continua abertura econômica ao exterior, ainda que sujeita a retrocessos pontuais, baseada em instituições próprias e não convergência com padrões ocidentais, com consequências políticas e de difusão tecnológica.
 - A guerra tarifária ou comercial com os Estados Unidos simboliza disputa por posicionamentos na fronteira tecnológica em setores estratégicos e pela liderança econômica no século XXI. Papel da colaboração para a inovação. Consequências e oportunidades comerciais.
 - Internamente, papel dominante do mercado associado à capacidade estruturante do Estado chinês e planejamento de longo prazo influencia relação com os parceiros. Financiamento do desenvolvimento como sustentáculo da *Belt and Road Initiative* e da política de expansão dos investimentos.
-

- Novo cenário global em formação e rearranjo da geopolítica prevalecente desde a segunda guerra mundial abre oportunidades de cooperação ampliada com a China em nível bilateral, regional e multilateral. Sobressaem os temas da transição para a economia de baixo carbono e do fortalecimento do multilateralismo. Dualidade da China como potência econômica e país em desenvolvimento traz desafios para o sistema multilateral mas também abre oportunidades.

Agenda prioritária:

- Momento internacional requer um maior ativismo nacional na formulação da política internacional. Em relação à China, cabe maior engajamento e avaliação de oportunidades de cooperação em todos os níveis.
- Manter uma postura de neutralidade frente à guerra tarifária EUA-China.
- Aprofundamento da inserção internacional mediante ações bilaterais e negociações de acordos comerciais, inclusive com países asiáticos ou blocos que envolvam países asiáticos (cadeias regionais).
- Parceria aprofundada com a China com visão de longo prazo na área agroalimentar, energética e de sustentabilidade, com vistas à implementação das metas de redução de emissão de CO2 pelo Brasil e a China.
- Aprofundamento da relação no seio de novos mecanismos financeiros com a China (NDB, ACR) e conclusão do processo de aprovação para entrada no AIIB.
- Aproximação do Brasil à *Belt and Road Initiative* com base em diálogo e objetivos a serem construídos conjuntamente.
- Ampliar liderança do Brasil na relação da América Latina com a China, com foco no investimento em infraestrutura e logística.

Coordenação Governamental

Contexto:

- O modelo político e econômico da China tem consequências práticas importantes para seus parceiros em face da crescente importância desse país no mundo, não somente devido ao peso do parceiro asiático nas correntes de comércio e investimento mas também à sincronização de políticas comerciais, tecnológicas e de investimentos do lado chinês, no contexto de moldura de internacionalização mais ampla e amparada pelo Estado chinês.

- O peso da China como parceiro comercial e de investimentos do Brasil, com crescente presença de empresas chinesas em território brasileiro, e também na América Latina, exige maior atenção ao modelo de internacionalização da China.

- O modelo brasileiro não se vale nem da ação coordenada do Estado nem de articulações próprias de um setor privado dinâmico capaz de orientar a ação das empresas chinesas em benefício de uma estratégia nacional ou setorial. Sobressaem deficiências de coordenação entre instituições governamentais e diferentes níveis da Federação no Brasil, bem assim na articulação entre os setores públicos e privados na estruturação de projetos com a China.

Agenda prioritária:

- Implementação de instância de efetiva coordenação governamental em nível federal com vistas a ampliar diálogo interagências e com outros entes da federação e a sociedade civil em relação à China.
- Revisão e revitalização do mecanismo bilateral da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Coordenação) com vistas a dotá-lo de mais agilidade e manter canais abertos de diálogo com as várias agências do governo chinês.
- Em nível nacional, ampliar a integração entre instituições/funções de promoção do investimento e comércio com instituições financeiras, a fim de desenvolver normas claras e canais para o processo de estruturação de projetos de investimento.
- Interação constante entre as instituições financeiras de desenvolvimento nacionais (BNDES), fundos binacionais e regionais e *stakeholders* privados na estruturação de um pipeline de projetos com a China.

Comércio, indústria e serviços

Contexto:

- Movimentos como indústria 4.0 e quarta revolução industrial estão operando mudanças nas cadeias globais de valor e também nas relações entre indústria e serviços, com estes aumentando seu peso nos produtos finais.
- Rearranjos industriais na esteira de inovações tecnológicas (impressão 3D, Internet das coisas, computação em nuvem, supercomputadores, 5G, etc.) e de cadeias regionais e globais de valor em direção à localização da produção podem abrir oportunidades para o Brasil explorar suas vantagens comparativas dinâmicas.
- Programa *Made in China 2025* pretende levar a China à fronteira tecnológica em setores como robótica, inteligência artificial, energia, transportes (aviação civil, indústria naval, trens de alta velocidade, maquinário agrícola, carros elétricos) e comunicações (semicondutores, Internet das coisas, veículos autônomos, 5G). China já é líder em muitos campos da digitalização.
- Disputa pela liderança econômica e tecnológica também influenciará padrões técnicos e tecnológicos.
- Complementaridade na área de comércio e investimentos entre o Brasil e a China tende a gerar concentração dos fluxos comerciais em certos produtos (soja, minério de ferro, petróleo) e dos investimentos (energia). Importância dos serviços e da logística nos produtos de exportação tradicionais do Brasil abrem oportunidades para parceria com base em vantagens comparativas dinâmicas.
- Transição para economia de baixo carbono e compromisso do Brasil e da China com as metas do Acordo do Clima abrem oportunidades de cooperação tecnológica em energias renováveis e novas tecnologias, reflorestamento a tecnologias agrícolas.
- China tem sido mais ativa em políticas de defesa comercial ante seus parceiros, afetando importantes exportações agropecuárias do Brasil.
- Política de internacionalização do renminbi pode oferecer, no longo prazo, oportunidades para redução de custos transacionais.

Agenda prioritária:

- Pensar as relações comerciais de modo mais sistêmico e menos de curto prazo. Com base em visão setorial que abranja a cadeia produtiva e de serviços como um todo e discrimine os instrumentos de promoção da exportação de modo a poder responder a demandas de ponta e a longo prazo.
- Negociar ampla parceria na área agroalimentar que permita a expansão das exportações para itens de maior valor agregado na cadeia soja-proteína animal (comércio e investimentos, acesso a mercados, investimentos cruzados, cooperação técnica e estabelecimento de padrões mutuamente reconhecidos nas áreas de sanidade e qualidade dos alimentos) e traga maior previsibilidade para os exportadores.
- Participar do esforço chinês em prol de uma agricultura sustentável mediante aumento da cooperação tecnológica nas áreas fitossanitárias e de produção sustentável, com revitalização dos mecanismos de cooperação via Embrapa e demais centros de pesquisa universitários.
- Além da atração de investimentos chineses para a agroindústria brasileira e em setores correlatos (logística, processamento, biotecnologia, etc.), ampliar participações de empresas brasileiras na China, por exemplo, na área de distribuição e processamento de alimentos, com vistas a ampliar o espaço e reconhecimento das marcas brasileiras.
- Desenvolver a ideia de investimentos bilaterais em parques industriais e tecnológicos.
- Promover exercícios de *foresight* comum para a cadeia de indústria e serviços nos setores 4.0 em que empresas chinesas e brasileiras já estejam trabalhando conjuntamente: digitalização, cidades inteligentes e transporte urbano, entre outros.
- Estudar a criação de mecanismos de troca em moeda local (renminbi e real), que possam reduzir o risco cambial, a custos atrativos.

Investimentos e tecnologia

Contexto:

- China como maior investidor estrangeiro em fluxos no Brasil nos últimos anos e entre os maiores em estoque. Investimentos concentrados em setores de energia, mineração e agricultura, mas com alguma diversificação para serviços.
- O Brasil é uma das poucas grandes economias ocidentais com maciços investimentos chineses em setores estratégicos da economia, como o setor elétrico, que não instituiu mecanismos de aprovação prévia ou restrições àqueles investimentos. Por outro lado, a China ainda mantém restrições a investimentos ou exigências em vários setores.
- Estima-se que o Brasil necessite de investimentos de 4,15% do PIB em infraestrutura para a modernização mínima do setor nos próximos vinte anos. Apesar de alguns avanços, o País ainda possui muitos gargalos regulatórios e incertezas em relação aos modelos de concessão, entre outros riscos, que têm dificultado investimentos mais vultosos no setor, inclusive chineses. Planejamento estratégico e de longo prazo e coordenação deficientes são obstáculos à atração de investimentos em infraestrutura.
- Mecanismos bilaterais (Fundo Brasil-China) criados para fomentar investimentos em infraestrutura, produção e serviços ainda não tiveram desembolsos relevantes e seu processo para aprovação de projetos é longo e complexo.
- Instituições chinesas criadas originalmente para fomentar investimentos em *equity* na América Latina, como os fundos CLAI e CLAC, ainda não desenvolveram atuação significativa no Brasil, em parte devido a riscos associados a questões regulatórias e cambiais, mas também devido à necessidade de aprofundar conhecimento sobre especificidades brasileiras.
- A parceria do Brasil e da China no contexto do programa *Belt and Road* e em particular o *Green Belt and Road* traz oportunidades significativas a serem exploradas pelo Brasil para as áreas de infraestrutura e o desenvolvimento da economia de baixo carbono.
- A sincronização entre os programas e escolhas tecnológicas em prol da economia verde do Brasil e da China é particularmente relevante. As escolhas de agora influenciam as cadeias produtivas do futuro em setores tão variados como transporte, comunicação, agroindústria e logística.

Agenda prioritária:

- Aperfeiçoar a moldura regulatória para investimentos no Brasil de forma geral: transparência nos marcos regulatórios, ambientais e nas normas setoriais; transparência e constância no processo de licitação; desjudicialização do processo de investimentos; aperfeiçoamento dos mecanismos de garantias, entre outros.
- Aperfeiçoar a coordenação entre os esforços de promoção de investimentos e as agências e órgãos responsáveis pelo marco regulatório e garantir divulgação uniforme no exterior sobre regras, com canais claros para relações com investidores estrangeiros.
- Melhorar a coordenação entre instâncias do governo para a regulação, promoção e a estruturação de projetos de investimento tanto no novo contexto de *development finance* como no fomento a parcerias público-privadas.
- Incorporação da política *BRI* no programa de infraestrutura brasileiro através de financiamentos conjuntos BNDES, CDB, NDB e outros, no contexto de uma moldura desenvolvida conjuntamente em nível bilateral.
- Criar programas de intercâmbio e treinamento para fundos chineses no Brasil em instituições de fomento e estruturação de projetos (e.g. BNDES).
- Examinar a instituição de mecanismo e parâmetros (via agências regulatórias ou instância a ser definida) para exame de investimentos em setores estratégicos no Brasil, com vistas a manter regras claras e evitar políticas discriminatórias.
- Negociar um acordo de cooperação e facilitação de investimentos com a China e elevar o nível do tratamento do tema “Investimentos” na COSBAN.
- Programação de uma estratégia conjunta *Green BRI* no contexto do programa já aprovado pela ONU que proponha uma agenda de investimentos com os parceiros chineses.
- Buscar parcerias empresarias e tecnológicas na área de energia e no setor elétrico que, além dos produtos tradicionais, enfatizem as complementaridades entre Brasil e China no contexto da transição para a economia de baixo carbono (energia solar, eólica e de biomassa, gás natural e logística associada, eficiência energética, etc.).
- Estudar convergência tecnológica para os setores de carro elétrico, transportes e comunicações no contexto dos programas de transição energética e infraestrutura inteligente.
- Fomentar programas de pesquisa e *foresight* comum na economia do baixo carbono: recursos genéticos, agricultura sustentável, reflorestamento, eficiência na alocação de recursos em bens públicos, como água, saneamento, reciclagem urbana; eficiência energética na construção civil popular, transporte urbano. Incorporação do *foresight* sobre mudança climática no planejamento econômico.
- Estudar a utilização do renminbi quando conveniente na estruturação de projetos de investimento ou a utilização de recursos de fundos para mitigação de riscos cambiais.

Internacionalização das empresas e produtos brasileiros

Contexto:

- Crescimento do consumo doméstico e dos serviços na China em paralelo com o crescimento da renda per capita superiores ao da renda mundial. China é uma economia de renda média alta e planeja chegar nas próximas décadas ao nível de economia desenvolvida. O consumo na China de produtos agropecuários, industriais e serviços oferece oportunidades para os exportadores brasileiros em todos os setores.
- Baixa presença de organismos nacionais e entidades de classe em território chinês.
- Multiplicidade de ações de promoção comercial e internacionalização em nível municipal, estadual e federal, com pouca ou nenhuma conexão entre si.
- Subdimensionamento da Embaixada do Brasil em Pequim diante dos crescentes laços, desafios e oportunidades com a China.
- Falta de continuidade dos esforços de promoção de internacionalização.
- Baixa amplitude e eficácia, na China, de campanha para promover a imagem do Brasil.

Agenda prioritária:

- Ampliar a representatividade das empresas brasileira na China mediante criação de representação das principais associações de classe, com papel de inteligência comercial e de investimentos e *advocacy*.
- Ampliar a capacidade de resposta e coordenação da Embaixada brasileira em Pequim, inclusive com base em reforço da coordenação no Brasil.
- Aperfeiçoar assessoria às empresas no processo de exportação e conhecimento do mercado chinês, com a identificação de principais *stakeholders*, barreiras e mapas para acesso a mercado em setores prioritários.
- Ampliar a presença no processo de distribuição de produtos.
- Promoção de marcas brasileiras amparadas na implementação de programa específico e amplo de promoção da Imagem do Brasil na China, em mandarim.

2. **BIG PICTURE: TRANSFORMAÇÕES DOMÉSTICAS NA CHINA, EXPANSÃO GLOBAL E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL**

A China é a segunda economia global, o maior exportador e segundo maior importador do mundo, contribuindo para aproximadamente 14% do comércio internacional. Há muitos anos está entre os maiores receptores de investimentos diretos estrangeiros e, mais recentemente, também entre os principais investidores internacionais. **Ao longo dos quarenta anos da estratégia de “abertura e reforma”, iniciada em 1978, que incluiu o incentivo à exportação e a construção de uma sólida base manufatureira, a China beneficiou-se pragmaticamente da globalização e experimentou a maior e mais rápida experiência de desenvolvimento de que se tem notícia. Trata-se, contudo, de uma experiência singular, visto que a China ainda é um país em desenvolvimento em muitos aspectos.** Por exemplo, embora em uma geração o país tenha sido capaz de superar a pobreza extrema e se consolidar como país de renda média alta, sua renda per capita ainda é menos de 20% daquela dos Estados Unidos. Em 2018, o PIB per capita nominal da China é de cerca de US\$ 10 mil e lhe confere a 72ª colocação no ranking mundial (FMI), uma abaixo do Brasil. Em PPP per capita, está na 79ª colocação, cinco à frente do Brasil. Essa dualidade da segunda potência econômica mundial é algo que a aproximará do Brasil e dos países em desenvolvimento por um longo tempo.

A resposta da China à crise financeira de 2008 foi capaz de rapidamente ampliar seu papel num mundo cujas regras do jogo passam a ser questionadas pelos excessos da globalização, notadamente na área financeira. Mas aquela resposta, que em poucos anos fez emergir uma China mais forte e vocal no cenário internacional, inclusive por sua expressiva contribuição individual para o crescimento global na última década, exacerbou o modelo de crescimento via exportações e incentivos aos investimentos domésticos, mediante aumento rápido do crédito, e acelerou a necessidade de implementação a partir de 2012/2013 da estratégia de conversão para um novo modelo e desalavancagem gradual da economia. **A nova política de crescimento da China vem sendo guiada pela expansão do mercado interno e do consumo doméstico, pelo aumento significativo do setor de serviços, pela promoção da transição para a economia de baixo carbono e pela economia de inovação,** ainda que não se possa dizer que está concluída a transição ou que ocorrerá sem retrocessos.

A transição para o novo modelo de crescimento foi acompanhada pelo crescimento exponencial dos investimentos globais da China. **Em 2016, os investimentos diretos da China no exterior ultrapassaram os investimentos estrangeiros diretos na China e a transformam**

em segundo maior investidor global. Segundo relatório da KPMG, os investimentos de empresas privadas chinesas teriam chegado a representar 75% dos investimentos em fusões e aquisições em 2015. As correções de rumo da política de exportação de capital desde o final de 2016 e maiores dificuldades para fusões e aquisições internacionais diminuíram o nível dos investimentos externos em 2017 em quase 30%, sem que houvesse um redirecionamento da estratégia global. O *China Global Investment Tracker* aponta para um renovado aumento, em 2018, das aquisições feitas por empresas chinesas no exterior. **O aumento dos investimentos chineses no Brasil é parte deste contexto. As oportunidades econômicas apresentadas no mercado brasileiro se associam a uma política de expansão de inversões da China, ainda que sob maior escrutínio do Estado.**

A China investiu, em 2017, 2,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, o que a coloca em paridade ou mesmo acima de muitas economias desenvolvidas nesse quesito. A busca pelo desenvolvimento científico e tecnológico tem garantido ao país papel de destaque na adaptação e difusão de tecnologias, o que é particularmente notável na economia digital voltada para os consumidores. Hoje as empresas de internet e telecomunicações da China - Tencent, Alibaba, Baidu, Huawei, ZTE - estão entre as maiores do mundo e os avanços nesta área, sobretudo em big data e computação em nuvem, estão posicionando a China na fronteira da inteligência artificial. O Science Board estima que a China, em 2016, já contribuiu com 21% dos investimentos mundiais em pesquisa e desenvolvimento, sendo responsável por 26% dos investimentos globais de *venture capital* e 24% da produção manufatureira de alta tecnologia.

O principal desafio declarado da China nas próximas décadas é consolidar sua capacidade para desenvolver inovações próprias e garantir a liderança em setores estratégicos para a economia do século XXI, passando de uma potência manufatureira para uma potência em inovação. Embora o país esteja realizando investimentos maciços em setores como inteligência artificial e veículos autônomos, muitos estudos mostram que ainda haveria longo caminho a percorrer para consolidar essas aspirações. Por outro lado, o risco que pode representar a China para as empresas dominantes do ocidente ou o potencial que as parcerias com empresas chinesas podem render na era da comunicação em rede pode ser medido pela recente notícia de que a Google, após ter deixado a China em 2010, decidiu fazer uma versão customizada de seu programa de buscas, na qual se limitam termos e sites considerados indesejáveis pelo governo chinês. Com efeito, a busca por posicionamentos na fronteira tecnológica - vista por muitos como disputa pela liderança ou supremacia tecnológica - dificilmente ocorrerá fora de um ambiente colaborativo e que se beneficie de fluxos de informação. Contudo, a maior integração da China aos fluxos globais tem-se dado juntamente com a manutenção ou criação de novos padrões e não necessariamente, como esperavam muitos quando de sua acesso à OMC, em 2001, pela simples absorção de padrões internacionais.

O financiamento ao desenvolvimento é uma componente importante desta estratégia de globalização e parte integrante da nova política externa proativa. A China criou, a partir de 2013, vários novos fundos regionais e interregionais com escopo global. O

Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB), o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), dos quais o Brasil participa, assim como o China-LAC Cooperation Fund (CLAC), o China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund (CLAI), além do fundo da Rota da Seda (*Silk Road Fund*), são algumas destas iniciativas, que vem somar-se à China Investment Corporation (CIC), e a muitos outros fundos voltados a outras regiões, como veículos para investimentos das reservas soberanas chinesas. Em conjunto, as iniciativas destinadas ao Brasil e à América Latina incluem mais de US\$ 80 bilhões para investimentos em infraestrutura e produção, adicionais aos recursos que têm sido aportados pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB) em projetos no Brasil.

A política de internacionalização do renminbi visa não somente a apoiar atividades de comércio e investimento e reduzir riscos para as empresas chinesas atuando no exterior mas também constitui pilar de um novo papel da China no mundo. Após seu início em 2009, houve rápida expansão de acordos de *swap* com outros bancos centrais, inclusive do Brasil. Incentivou-se transações em renminbi em centros *offshore*. Em 2016, o renminbi passou a fazer parte dos direitos especiais de saque do FMI, passo simbólico importante e que confere certo valor de reserva internacional à moeda. Embora as limitações da conta de capital chinesa ofereçam obstáculo à expansão internacional mais vigorosa de sua moeda, hoje a China já tem mais de cerca de 15% do seu comércio realizado em moeda local, ainda que esse volume seja pouco expressivo em termos do conjunto dos pagamentos globais, em que a utilização do renminbi é de menos de 2%. As restrições cambiais e de investimentos nos últimos anos contribuíram para um passo mais lento na internacionalização. Por outro lado, em 2018 houve abertura do mercado interbancário de títulos para investidores estrangeiros e a bolsa de mercadorias de Xangai lançou contratos futuros de petróleo em renminbi. Para as empresas brasileiras que transacionam com a China, a criação de mecanismos de troca em moeda local (renminbi e real), que possam reduzir o risco cambial, pode ser interessante, caso realizadas a custo atrativo.

A iniciativa *Belt and Road (BRI)*, anunciada em 2013 como uma iniciativa regional de conectividade para os setores de infraestrutura, comércio, comunicação e logística e, em parte, segurança na região da Eurásia e África, passa a ter mais recentemente um alcance global, transformando-se na principal plataforma de política externa da China. O escopo e volume de recursos do programa, que deslançou em 2015 com aportes estimados pelo Peterson Institute em US\$ 4,4 trilhões até 2040, são maiores do que qualquer outra iniciativa em nível multilateral e contam com apoio do *Silk Road Fund*, do CDB, do China Exim e do AIIB. Como boa parte dos projetos se destinam a países em desenvolvimento com baixa capacidade institucional, há dúvidas em relação ao seu retorno e à capacidade dos credores de repagarem suas dívidas e manter políticas independentes em relação ao importante parceiro asiático.

Mais recentemente, o programa BRI passa a incorporar as iniciativas chinesas em prol da economia verde, tendo a China e as Nações Unidas assinado um acordo de promoção da energia sustentável. Prevê-se que, até 2020, a China invista mais de US\$300 bilhões em

energias renováveis em substituição ao uso do carvão. **O *Green Belt and Road* traz oportunidades significativas a serem exploradas pelo Brasil.**

Formalmente, a BRI foi proposta aos parceiros latino-americanos em janeiro de 2018, na segunda reunião do Foro China-CELAC. Embora não tenha havido uma adesão formal do subcontinente ou do Brasil à iniciativa, cujos contornos e implicações permanecem pouco claros a longo prazo, o país segue sendo um dos principais destinos dos investimentos chineses. Seis países na América Latina já assinaram acordos de cooperação com a China sobre a *BRI* (Antígua e Barbuda, Bolívia, Panamá, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela) e muitos outros manifestaram interesse na iniciativa, que poderia significar substanciais aportes em investimentos e financiamento em infraestrutura para a região. A oportunidade de criar moldura específica da *BRI* para projetos regionais poderia ser explorada mediante fortalecimento da coordenação e planejamento regionais.

Diversamente do antecipado por muitos observadores ocidentais, o avanço econômico da China não levou a uma convergência institucional com as economias liberais de mercado. A China mantém a sua especificidade normativa e singularidade organizacional, que inclui um sistema financeiro essencialmente público, grandes empresas estatais em setores estratégicos e planejamento de médio e longo prazo das atividades econômicas.

Estas características estimulam a sincronização de investimentos entre os setores público e privado, diminuem os riscos de longo prazo para os investimentos privados e estruturam oportunidades de investimento dentro e fora da China. **Este modelo de política econômica tem consequências práticas importantes. Requer de parceiros econômicos como o Brasil uma visão de mais longo prazo sobre a direção da economia chinesa e melhor coordenação em nível nacional das políticas comerciais, de investimento e tecnológicas.** Lidar com parceiros chineses acaba por exigir compromissos de longo prazo, muitas vezes em nível governamental, o que requer coordenação crescente ou expõe fragilidades na ausência desta.

O 19º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), que consolidou a liderança do presidente Xi Jinping, simbolizada posteriormente pelo fim da restrição de dois mandatos aprovada pelo parlamento chinês, foi claro ao estabelecer que a China participa da economia global com um modelo alternativo de governança. **Para a China, o papel dominante do mercado estará sempre associado à capacidade estruturante do Estado para direcionar prioridades, financiamentos e disciplinar o mercado. Entender como funciona o sistema de governança econômica e seus instrumentos financeiros passa a ser uma prioridade brasileira para a parceria econômica com a China.** O sistema está alicerçado no PCC, cujo poder se sobrepõe a todas as instituições, poder este que vem sendo reforçado nos últimos anos. Não se trata, porém, de um sistema rígido, mas de algo que vem permitindo à China beneficiar-se da globalização e adaptar-se de tempos em tempos às necessidades de mudança.

Não obstante os sucessos, a China continua a enfrentar desafios internos e externos ao seu desenvolvimento. A consolidação de uma economia de bem-estar extensiva a todo ter-

ritório nacional, incluindo as zonas agrícolas menos desenvolvidas, requer um investimento contínuo em parceria com as diferentes regiões, o que implica em uma política fiscal vigilante. O final da curva demográfica que impulsionou o crescimento dos anos 1990, assim como o aumento salarial e dos custos energéticos, transformam as vantagens competitivas das empresas chinesas, obrigando-as a adequarem seus modelos de negócios e de financiamento a um patamar mais competitivo.

O crescimento acelerado da China cria desequilíbrios fazendo necessária uma constante política de soluções para equações de problemas distintos e contraditórios. A sobrecapacidade das indústrias e bolhas de investimento periódicas são parte do problema. O investimento externo oferece uma alternativa ao aumento de custos e as taxas declinantes de lucro no contexto nacional.

A política comercial chinesa preenche lacunas estruturais da economia nas áreas de segurança alimentar e energia, mas também opera para oferecer soluções aos ditames do crescimento mais abrangente e exigente. **É neste contexto de necessidades estruturais e oportunidades que evoluem com o crescimento que devem ser vistos a relação comercial do Brasil com a China e o potencial dos investimentos chineses no Brasil.**

Estima-se que o pacote de estímulos pós-crise de 2008, que foi de cerca de 12,5% do PIB, tenha excedido em muito as necessidades de uma política anticíclica, contribuindo para um aumento da dívida e provocando descontroles nos orçamentos regionais. A política expansiva do crédito levou a um aumento considerável da dívida pública e empresarial chinesa. O aumento da dívida, assim como episódios de volatilidade no câmbio e de especulação na bolsa de valores entre 2015 e 2017, levaram observadores ocidentais a questionarem as metas de crescimento do modelo chinês. O crescimento sustentado dos últimos dois anos e a capacidade do Estado de atuar sistemicamente no controle de gastos extra orçamentários das regiões, interromper fluxos de fuga de capitais em 2017 e estabilizar as flutuações do renminbi em 2018 indicam que o governo permanece atento e operante frente ao problema fiscal-financeiro. O desafio no curto prazo está muito relacionado ao fortalecimento da regulação do setor financeiro não-bancário e à implementação de uma desalavancagem controlada.

Se as grandes demandas da China para alcançar níveis mais altos de desenvolvimento e renda para a sua população sinalizam que o mercado doméstico pode ser um crescente alicerce do desenvolvimento, mitigando as crises periódicas, **as incertezas geradas em poucos meses pela guerra comercial com os Estados Unidos indicam que o caminho da construção da confiança no regime e no modelo atual requerem vigilância permanente.** Novas políticas de estímulo ao crédito estão sendo adotadas, tornando evidente que o novo normal da política chinesa será o balanceamento constante entre incentivos ao investimento e correções fiscais, a fim de evitar quedas precipitadas nas taxas de crescimento.

No alvo da guerra comercial com os EUA, que aparentemente se concentra no déficit comercial e nas barreiras tarifárias, está o programa Made in China 2025, última estratégia

chinesa em prol de uma economia de inovação, bem como políticas chinesas na área de propriedade intelectual e investimentos em geral. O programa *Made in China 2025* deve ser visto no contexto da longa tradição de planejamento em ciência e tecnologia que guia o processo de reforma e abertura da China desde os anos oitenta. Foi concebido com o propósito de corrigir atrasos e elevar substancialmente a capacidade competitiva da China frente aos desafios da manufatura digital e de alta precisão que inspiram também a indústria 4.0 alemã ou a chamada quarta revolução industrial, permitindo ao país ultrapassar a armadilha da renda média e consolidar seus objetivos declarados de construir uma economia socialista moderna em 2035 e estar entre os líderes globais em 2050.

Entre seus objetivos-alvo estão suprir nacionalmente até 70% dos componentes fundamentais da indústria na área de semicondutores e outras indústrias estratégicas e aumentar o aporte das indústrias de alta tecnologia para 20% do PIB em 2025. A China realiza vultosos investimentos em inteligência artificial e robótica, indústrias que podem lhe garantir a liderança tecnológica em muitos setores. As recentes medidas norte-americanas, ao contrário de aplacar o programa chinês, parecem justificá-lo ainda mais, vez que deixam claro que a China não pode prescindir do domínio próprio de tecnologias para sustentar sua escalada de inovação.

O programa *Made in China 2025* tem interesse para o Brasil sob vários aspectos, pois contém um projeto de *upgrading* e *retrofitting* de setores atrasados da indústria nas áreas de digitalização e robótica, e busca a fronteira tecnológica para os setores de energia, transporte (aviação civil, indústria naval, trens rápidos, maquinário agrícola, carros elétricos) e comunicação (semicondutores, Internet das coisas, veículos autônomos, 5G), entre outros, onde empresas chinesas são fornecedores de empresas brasileiras ou já operam no Brasil. O programa busca igualmente integrar a modernização digital aos objetivos da economia de baixo carbono fazendo escolhas tecnológicas de relevância. Nesta etapa de desenvolvimento da economia de baixo carbono, a sincronização entre os programas e escolhas tecnológicas em prol da economia verde do Brasil e da China é particularmente relevante. As escolhas de agora influenciam as cadeias produtivas e os padrões tecnológicos do futuro em setores tão variados como transporte, comunicação, agroindústria e logística. As metas ambiciosas do programa *Made in China 2025*, assim como os instrumentos financeiros disponibilizados, estão associados a um programa internacional ativo de fusões e aquisições em setores de alta tecnologia.

A reorganização da política chinesa pode oferecer novas oportunidades de parceria para a modernização e intensificação digital no Brasil. Neste sentido, torna-se indispensável, por exemplo, concluir o projeto nacional de banda larga de forma a possibilitar novas oportunidades de estruturação de projetos, associando-os aos investimentos em infraestrutura, contribuindo assim para o desenvolvimento de serviços e logísticas inteligentes e conectadas.

A estratégia da *BRI* complementa em muitos aspectos o programa de inovação *Made*

in China 2025 e pode representar algumas vantagens, como o acesso ampliado a financiamento para projetos de infraestrutura (caso ocorra a custos mais competitivos) e abertura de oportunidades para empresas brasileiras na estruturação de parcerias público-privadas em portos, logística e comunicações, dentro e fora do Brasil. A extensão do programa *BRI* para a economia verde abre uma nova frente de projetos potenciais com a China nas áreas de energia e agricultura sustentável. Por outro lado, **uma aproximação do Brasil à *BRI* deveria ser precedida do reforço da parceria estratégica global sobre novas bases, que levem em conta os interesses nacionais do Brasil no longo prazo. Como outras oportunidades abertas pela expansão chinesa, a *BRI* não pode ser supervalorizada ou minimizada. Pela importância que lhe confere o governo chinês, deve ser considerada como mais uma oportunidade de cooperação, com base em diálogo e objetivos a serem construídos conjuntamente.**

3. AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA NO CONTEXTO DE UMA RELEITURA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A China é, desde 2009, o maior parceiro comercial do Brasil. A partir de 2010, empresas chinesas passam a estar entre os maiores investidores estrangeiros no País e, hoje, encontram-se sedimentadas em setores diversos da economia. **Partiu-se, nesse período, de uma relação primordialmente comercial para uma relação de investimentos, com externalidades para o tecido industrial do País e vínculos com cadeias globais e asiáticas, inclusive à luz da velocidade das mudanças tecnológicas em curso. A quarta revolução industrial e o crescente peso dos serviços na indústria requerem novas formas de enxergar os fluxos de comércio e investimentos e jogam luz sobre oportunidades para vantagens dinâmicas nos principais produtos de exportação brasileiros.**

Paralelamente, a criação de mecanismos bilaterais ou plurilaterais (Novo Banco de Desenvolvimento, Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, Fundo Brasil-China), além dos fundos criados pela própria China, fazem desse país um potencial parceiro substantivo no financiamento de projetos de longo prazo em infraestrutura, objetivo indispensável para uma maior e melhor inserção internacional do Brasil na economia global. **Os empréstimos chineses para a América Latina, incluindo o Brasil, ultrapassam nos últimos dez anos aqueles de instituições financeiras tradicionalmente ativas** na região, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano e a Cooperação Andina de Fomento. Até o momento, o Banco de Desenvolvimento da China tem sido o principal ator nesse processo, vez que os fundos e mecanismos recentes ainda são irrelevantes como fonte de financiamento efetiva ou de inversões na forma de *equity*.

O atual cenário internacional de incertezas e rupturas do sistema multilateral de regulação econômica abre novas oportunidades para a Parceria Estratégica Global do Brasil com a China, estabelecida em 2012, que veio ampliar o escopo da parceria estratégica instituída originalmente em 1993, na esteira de diálogo bilateral mais abrangente, para o qual terá contribuído a criação dos BRICS. O Brasil tem sido defensor e relevante participante das instituições de governança multilaterais. A diplomacia atual americana de primazia de interesses imediatos, que se exprime no abandono do acordo do Clima, e na marginalização das instâncias multilaterais de negociação deixa clara a opção por uma política de interesses em detrimento de uma política de regras negociadas. A “guerra tarifária” com a China é um dos aspectos desta política que, além de interesses comerciais imediatos, visa fundamentalmente a limitar a competição nos campos tecnológicos, financeiro e militar.

A China vem reiterando seu compromisso com o tradicional sistema de organizações e negociações multilaterais e criando novas organizações regionais ou plurilaterais

(BRICS, Novo Banco de Desenvolvimento - NDB, Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura - AIIB, Organização para a Cooperação de Xangai - OCS), algumas das quais contam com a participação do Brasil. Este posicionamento proativo abre a oportunidade de avançar parcerias com a China na defesa de objetivos multilaterais comuns, em particular no que diz respeito à sustentabilidade e à transição para a economia de baixo carbono. Surge também um novo espaço para direcionar a discussão, de grande interesse para o Brasil, sobre reformas e reorientação do sistema de instituições multilaterais. Sistema defasado em representação e escopo pelos impactos da globalização, pela necessidade de regulação de bens públicos globais e pela reorientação da tecnológica da produção.

Sem embargo, o atual contexto internacional e a fragilidade das instâncias multilaterais impõem desafios particulares à política externa brasileira. O momento não é mais de simples alinhamento com ideias e sistemas institucionais compartilhados, visto que está em construção um novo cenário global, que requer um maior ativismo nacional na formulação da política internacional. Requer uma visão clara sobre como o Brasil entende o atual contexto internacional e sobre como almeja participar, como ator, na construção e transformação desse contexto.

A agenda brasileira com a China é, pois, parte de uma estratégia mais ampla de política externa que inclui uma releitura dos vínculos da economia brasileira com a economia global e com a região. O novo cenário global requer também uma revisão crítica de nossos instrumentos de participação na economia global e parcerias econômicas dentro e fora da região.

A nova conformação das cadeias globais de valor, inclusive em seus aspectos regionais, exige mais ênfase no entendimento e adoção de mecanismos que promovam a agregação serviços de alto valor, inclusive digitalização, à indústria, no contexto do que vem sendo chamado quarta revolução industrial. Enxergar a corrente de comércio e investimentos Brasil-China por esse prisma deixa claro que o Brasil poderia melhor explorar as vantagens comparativas associadas a seus principais produtos de exportação (soja, minério de ferro, petróleo, celulose), vantagens envolvendo logística, sustentabilidade, marcas, rastreabilidade, diversidade biológica, entre outros. Nesse sentido, é forçoso também um *aggiornamento* da agenda empresarial em direção a mais parcerias, investimentos cruzados, participação nas cadeias asiáticas e formas de garantir competitividade aos produtos brasileiros.

No que tange aos movimentos históricos de longo prazo, assiste-se a uma ascensão chinesa com o objetivo de posicionar-se na fronteira tecnológica em diversos ramos, simbolizando para muitos disputa pela liderança econômica e tecnológica global, o que enseja rearranjo da configuração geopolítica prevalecente desde a segunda guerra mundial. Esse movimento tem impactos mais fortes no Pacífico e no entorno asiático, embora suas repercussões sejam globais. É difícil fazer afirmações de longo prazo sobre suas consequências, mas, quase três décadas depois do fim da guerra fria, parece certo dizer que o cenário atual se parece muito pouco com o mundo unipolar que muitos imaginavam no início dos

anos noventa. Além disso, o fato de a segunda potência econômica do mundo ser ainda um país em desenvolvimento, que quer ver assegurado seu “policy space”, traz necessariamente novos desafios para o sistema multilateral na forma atual.

Mais talvez do que a própria ascensão chinesa, o que tem caracterizado as transformações são sua rapidez e impactos globais, que exigem esforço redobrado em relação à inserção internacional brasileira. Não se trata de necessariamente fazer escolhas excludentes num mundo em que se consolidam distintos polos de poder, mas de, justamente, repensar a forma da inserção brasileira, tímida em muitos aspectos, num mundo que é cada vez mais globalizado, independentemente de retrocessos protecionistas. **Distante do Pacífico e das principais correntes de comércio e investimentos do mundo, o Brasil é paradoxalmente parte importante das cadeias asiáticas e globais via oferta de matérias-primas e recepção de investimentos, mas também guarda distância geográfica e independência política que lhe são benígnas no atual rearranjo.** Há vantagens e desvantagens na distância geográfica brasileira, a serem respectivamente alavancadas e mitigadas no contexto de uma política externa de apoio a uma estratégia nacional de desenvolvimento ancorada no aumento da produtividade e na sustentabilidade.

No que tange às relações bilaterais com a China é urgente a revisão e atualização dos instrumentos de governança econômica, que refletem ainda um intercâmbio essencialmente baseado no comércio. Torna-se fundamental uma estratégia sistêmica e de mais longo prazo sobre os investimentos da China no Brasil, que leve em consideração tanto as externalidades dos investimentos para o setor produtivo, como seu impacto tecnológico.

4. ASPECTOS PRINCIPAIS DA RELAÇÃO ECONÔMICA E DE COOPERAÇÃO BRASIL-CHINA

A China se transforma em principal destino das exportações e parceiro comercial do Brasil em 2009, na esteira da crise econômica e financeira de 2008, e mantém essa posição nos anos seguintes, tendo respondido, em 2017, por 22% das exportações e 18% das importações do País. **A principal característica da corrente de comércio com a China é a persistente concentração das exportações em *commodities* como soja, minério, petróleo** (esses três produtos costumam responder por até 80% das exportações), com destaque também para celulose, carnes, couros e aviões. **Dados os fatores estruturais e as vantagens comparativas das duas economias, essa concentração não deixa de surpreender. A questão é como utilizar essas vantagens comparativas de forma dinâmica e facilitar a criação de fluxos de comércio e investimentos com maior agregação de serviços e valor.**

A partir de 2010, ganham impulso os investimentos diretos chineses no Brasil. O Conselho Empresarial Brasil China (CEBC) estima o valor do estoque de investimentos chineses no Brasil entre 2007-2017 em US\$ 55 bilhões¹. **Estes também são caracterizados por uma concentração nos setores de energia (setor elétrico, petróleo) e mineração (esses dois setores respondem por mais de 85% do estoque de investimentos)**, mas agricultura e comunicação são outros destinos importantes. Já os investimentos na indústria manufatureira, como automotivo e maquinário, ficaram nos últimos anos muito aquém do que se previa antes de crise de 2015-2016, tendo muitos projetos voltados para o mercado interno sido simplesmente abandonados. Não obstante, nos últimos anos, têm havido diversificação de número de projetos para os setores de serviços, inclusive serviços digitais, e finanças. **Hoje estão presentes no Brasil mais de 200 empresas chinesas incluindo grandes estatais, os principais bancos, empresas de logística e de serviços. Esta presença extensiva e variada de empresas indica a relevância do mercado brasileiro para a China.** Possibilita também que se reproduza entre as empresas chinesas no Brasil a política de sincronia entre público e privado que caracteriza o modelo de negócios e de financiamento das atividades produtivas na China.

Os investimentos chineses no Brasil são em larga parte financiados pelas próprias empresas ou fruto da política de investimento dos grandes bancos chineses, em particular o Banco de Desenvolvimento da China (CDB). Entram no mercado através de fusões e aquisições, sendo o modelo *greenfield* limitado a alguns projetos de infraestrutura². **Embora os investimen-**

1. O volume é semelhante àquele estimado pelo Boletim Bimestral de Investimentos Chineses no Brasil, elaborado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de US\$ 54,1 bilhões entre 2003 e fevereiro de 2018 em investimentos confirmados.

2. O CEBC identificou aumento no número de projetos *greenfield* confirmados em 2017, chegando a 48%, embora em valor correspondam a cerca de 16%. Ainda, nova pesquisa a ser publicada pelo CEBC indica o predomínio da energia elétrica como destino de 68% dos investimentos de US\$ 8,8 bilhões confirmados para 2017, seguida pelo setor agropecuário, com 16%.

tos chineses no Brasil sejam liderados por empresas estatais, as empresas chinesas atuam com lógicas distintas. Muitas participam no mercado com uma visão de longo prazo, parte da estratégia global de garantia de suprimentos da China. Este é o caso das empresas associadas à agroindústria, mas também ao petróleo e gás, embora questões relacionadas ao retorno do investimento sejam cada vez mais determinantes. Outras, como as empresas de energia elétrica, buscam também as vantagens da extensão geográfica do país para expandir capacidades adquiridas. Finalmente, vários novos investimentos simplesmente respondem às oportunidades de mercado.

Apesar da tendência à diversificação dos investimentos, a concentração existente de empresas nas áreas de energia, petróleo, agricultura e comunicações suscita preocupações, sobretudo, quando contrastada a existências de barreiras na China para o incremento da exportação de produtos de maior valor agregado e também para investimentos em determinados setores.

Ainda, a moldura brasileira de investimentos é bastante aberta e receptiva aos investimentos estrangeiros e, **hoje, o Brasil é uma das poucas grandes economias ocidentais com maciços investimentos chineses em setores estratégicos da economia, como o setor elétrico, que não instituiu mecanismos de aprovação prévia ou restrições àqueles investimentos.** Dado o potencial para o crescimento dos investimentos, caberia examinar a concentração em certos setores com vistas a manter regras claras mas evitar políticas discriminatórias.

No setor agrícola, a intensificação das relações comerciais coincide com um salto de produtividade da agricultura brasileira e na demanda chinesa a partir da metade da década passada, que se intensifica a partir de 2009. Posteriormente, a partir de 2015, inicia-se expansão global das empresas de *trading* chinesas, que começam a integrar globalmente suas cadeias produtivas no setor agroalimentar, com reflexos diretos na cadeia da soja no Brasil (notadamente mediante aquisições da Noble e da Nidera pela estatal chinesa COFCO, mas também aquisição da Syngenta pela estatal ChemChina). **As estimativas de demanda e produção futura agropecuária no Brasil e na China, notadamente em soja e proteína animal, evidenciam que uma parceria estratégica de longo prazo no setor agroalimentar poderia gerar benefícios mútuos para os dois lados, por meio do suprimento estável de produtos pelo Brasil para uma demanda crescente na China, sustentados por cooperação técnica e fitossanitária e de qualidade dos alimentos.** Neste ponto, as restrições da China ao acesso de proteínas animal e de outros produtos, como o açúcar e o milho, têm limitado aquela diversificação.

Além da segurança alimentar, hoje duas importantes considerações norteiam a política comercial agrícola da China: a preocupação com a origem e qualidade do alimento (*food safety*) e a garantia ambiental de produção sustentável. O uso indiscriminado e em alta quantidade de insumos agrícolas levou a uma enorme contaminação do solo e de cursos d'água. Neste âmbito, **a cooperação técnica bilateral teria papel relevante, com grande potencial para iniciativas conjuntas em pesquisa científica e tecnológica nas áreas de saúde animal e novas tecnologias de produção.**

O processo de verticalização e integração de cadeias produtivas no agronegócio representa tanto um desafio quanto oportunidade para o Brasil, particularmente a partir da ampliação de investimentos cruzados em etapas diversas da cadeia produtiva. Neste sentido, **para além da atração de investimentos chineses na agroindústria brasileira e em setores correlatos (logística, processamento, biotecnologia, etc.), é clara a importância de ampliar participações de empresas brasileiras na China, por exemplo, na área de distribuição e processamento de alimentos, com vistas a ampliar o espaço e reconhecimento das marcas brasileiras.**

Os investimentos chineses nas áreas de energia elétrica, transmissão, *utilities*, petróleo, gás e renováveis respondem por quase 70% dos investimentos chineses no Brasil. No que diz respeito à energia elétrica é significativo o fato de que a estatal *State Grid* concentre no Brasil quase 50% de sua atividade fora da China. A dimensão do mercado brasileiro possibilita o uso e investimentos em tecnologias avançadas tais como UHVAC e UHVDC e abre espaço para atividades de P&D e engenharia terceirizada para provedores locais.

No setor do petróleo, a China importa cerca de 70% do seu consumo e absorve mais de 50% das exportações de petróleo brasileiro. A política chinesa para o setor compreende diversificação geográfica das fontes de suprimento, manutenção de uma reserva estável para suprir a demanda que deverá chegar ao ápice em 2030-2035 e eficiência na transição energética. **Embora significativas, as exportações brasileiras representam nos últimos anos apenas cerca de 6% do total das importações chinesas de óleo cru, o que indica haver, do lado da demanda, espaço para aumento daquelas exportações, sobretudo se consideradas as transformações e novas oportunidades no mercado chinês de óleo e gás.**

A política de transição energética está levando a indústria chinesa à fronteira tecnológica da produção em renováveis, biocombustíveis, baterias elétricas e transmissão inteligente. Estima-se que, em 2020 e 2023, respectivamente, a geração de energia eólica e solar na China prescindia de qualquer subsídio em relação aos combustíveis fósseis. É evidente a necessidade de estabelecer políticas de compatibilidade estratégica entre China e Brasil nestes setores industriais. **A confortável posição brasileira de reservas de petróleo e gás, associada a uma matriz energética de baixo carbono, torna a associação com a China altamente proveitosa para ambos e faz dos dois países parceiros estáveis e pioneiros na transição para a economia de baixo carbono.**

A atuação dos dois países foi essencial para a finalização do acordo de Paris. As metas de reforestamento da China e da utilização de biocombustíveis de segunda geração de etanol (mistura de 10% de etanol na gasolina até 2020) abrem espaços para a cooperação que precisam ser implementados. **A inclusão da sustentabilidade na BRI oferece uma plataforma ambiciosa para a estratégia comum.**

A atuação e forte presença dos bancos chineses em *development finance* faz da China um parceiro relevante na retomada dos investimentos em infraestrutura no Brasil, fundamental para uma política de aumento de produtividade e melhor inserção na economia

global. É conhecida a deficiência de investimento brasileiro em infraestrutura. Estima-se que um aporte de 4,15% do PIB ao longo dos próximos vinte anos seja necessário para a modernização mínima do setor.

No entanto, as notórias dificuldades do Brasil em estruturar projetos de investimento em infraestrutura constituem obstáculo aos investimentos nacionais e estrangeiros, inclusive chineses. Gargalos regulatórios, custo cambial e incertezas em relação aos modelos de concessão, entre outros riscos, têm dificultado investimentos no setor. Os altos custos associados à elaboração e tempo de maturação dos projetos, custo do financiamento e dificuldades políticas das grandes empresas nacionais vêm criando obstáculos à construção de parcerias público-privadas. Mais ainda, impedem considerações tecnológicas e uma visão de longo prazo na elaboração de novos projetos.

O modelo de investimentos chinês e sua forma coordenada de operar torna necessária uma política de coordenação de investimentos mais clara e consistente pelo Brasil caso o País deseje se beneficiar da tecnologia e recursos e financiamento chineses. A atuação de uma instância coordenadora de investimentos sob um marco regulatório de promoção de investimentos facilitaria a estruturação e montagem de projetos, diminuindo riscos e promovendo potenciais parcerias público-privadas. A dificuldade de atrair os recursos de fundos disponíveis na China para investimentos no Brasil, especialmente para projetos *greenfield*, indica a necessidade de repensar esses mecanismos e buscar aperfeiçoar a estruturação de projetos, além de ampliar o conhecimento dos executivos e técnicos desses fundos chineses sobre a realidade brasileira. A coordenação não pode ser divorciada, ainda, de considerações tecnológicas e de uma preocupação com uma melhor inserção brasileira na economia global no médio e longo prazo.

No âmbito do governo federal, o Programa de Parcerias em Investimentos, criado em 2016, conferiu impulso a vários projetos de infraestrutura mediante melhorias do marco regulatório e do programa de concessão. Além do interesse chinês nos setores de óleo e gás e elétrico, ainda não houve investimentos importantes nos setores de logística, à exceção de investimentos em portos, mediante aquisições ou novos projetos. Mas há potencial interesse chinês no setor ferroviário, em que são detentores de tecnologias avançadas.

O Comitê Nacional de Investimentos (CONINV), instituído em 2017 no seio da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (CAMEX), tem um papel coordenador e facilitador, de caráter consultivo, e poderia ser fortalecido como instrumento de coordenação e referência nacional. Ao mesmo tempo, há outras iniciativas de coordenação em curso no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior e na Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. **Independentemente do mérito individual e avanços logrados por várias iniciativas governamentais na área de investimentos, não há suficiente clareza, sobretudo do ponto de vista do investidor estrangeiro, sobre os caminhos a percorrer para os investimentos no Brasil. O marco institucional é complexo e muda com frequência.**

5. ELEMENTOS PARA UMA NOVA AGENDA BRASIL-CHINA

Uma nova agenda Brasil-China passa pela necessidade de trabalhar concomitantemente equações distintas: potencializar vantagens comparativas existentes e estruturar possibilidades futuras, com visão de médio e longo prazo baseada no avanço tecnológico.

Como se discutiu nas seções precedentes, no atual contexto internacional, não obstante as dificuldades impostas pela nova política americana, a China construiu um leque de opções diversificado: participa ativamente do sistema multilateral centrado nas Nações Unidas e criou uma panóplia de organizações multilaterais regionais de cunho global, que respondem a questões econômicas mais diretas da China e seu entorno. Embora complementares às instituições de Bretton Woods, as iniciativas chinesas as superam em volume de recursos e são mesmo apresentadas pela China como elementos de uma nova ordem mundial em formação. **As iniciativas de políticas do Brasil com a China no âmbito bilateral, multilateral, ou no contexto dos BRICS, dificilmente serão contextualizadas fora da gama de articulações institucionais forjadas pela China.** Isto faz ainda mais premente uma visão sistêmica da relação Brasil-China e uma agenda de prioridades que inclua igualmente o posicionamento do Brasil na sua região.

No que diz respeito às relações econômicas e às vantagens comparativas já existentes, são claros os benefícios de aprofundar as relações econômicas nos setores da indústria agroalimentar; energia, petróleo, gás, antecipando a transição energética e as possibilidades produtivas na economia de baixo carbono. Incluem-se nesta agenda as oportunidades de *development finance* da BRI para projetos em infraestrutura.

Sucesso neste propósito dependerá da correção de vários entraves na promoção e governança de investimentos tais como: políticas diferenciadas na promoção de investimentos, marcos regulatórios e padronização de produtos a serem exportados. Incluem igualmente maior clareza sobre as normas e nas regras dos programas de concessão ou privatização e agilidade das empresas brasileiras para responder a nichos de demanda para exportação. A questão do risco cambial tem sido um dos grandes entraves mencionados pelos chineses e desenhar mecanismos bilaterais para sua mitigação poderia ser um objetivo dos mecanismos de financiamento bilaterais.

Atualmente, a estratégia econômica com a China se concentra na busca de aumento e diversificação das exportações de bens de maior valor agregado, sobretudo naqueles

setores em que o Brasil é mais competitivo, como na cadeia da soja ou em alimentos processados, ou em certos nichos da indústria e dos serviços e na atração de investimentos, sobretudo para infraestrutura.

Não há clareza, entretanto, sobre que instrumentos usar para alcançar esses objetivos, como suprir deficiências nos entraves à exportação ou captação de investimentos, ou mesmo, como usufruir de oportunidades internacionais que se apresentam para expandir relações dentro destes mesmos setores.

O aproveitamento estratégico das complementaridades econômicas bilaterais requer ações multifacetadas, abrangendo desde a atualização da relação comercial bilateral e a promoção de investimentos cruzados, a partir de melhor coordenação institucional, até a identificação e correção de deficiências de planejamento e visão de longo prazo, com base em insumos reunidos junto a atores diversos. Dado que as vantagens comparativas não são constantes, uma estratégia econômica abrangente passa por contrapor vantagens comparativas aos objetivos econômicos de longo prazo do parceiro econômico e à arquitetura internacional de parcerias alternativas.

A construção de uma política de longo prazo não pode ser pensada isoladamente de uma estratégia para o País, que leve em conta os desafios da transformação nos modelos de produção no contexto internacional. Frente ao modelo de investimento chinês que se beneficia da sincronização contínua entre políticas comerciais, tecnológicas e de investimentos, sobressaem as deficiências de coordenação entre instituições governamentais brasileiras, as articulações entre setores público e privado na estruturação de projetos com a China e a pouca relevância dos exercícios de *foresight*.

Observa-se multiplicidade de ações em nível municipal, estadual e federal, com pouca ou nenhuma conexão entre si, e as dificuldades no mapeamento geográfico de projetos e na identificação de setores e regiões prioritárias. **A implementação eficiente de uma estratégia tem sua operacionalização obstruída pela baixa presença de organismos nacionais e entidades de classe em solo chinês** e o subdimensionamento da própria Embaixada do Brasil em Pequim.

O encontro dos BRICS em Johannesburgo, em julho deste ano, enfatizou o compromisso dos países membros com a agenda multilateral. No caso do Brasil e da China, é possível ir além deste compromisso geral e forjar uma agenda de desenvolvimento abrangente sobre a transição energética e a transformação tecnológica na produção. Para tanto, urge uma política de prioridades futuras e instâncias coordenadoras do investimento que possam intermediar parcerias público-privadas de maior alcance global.

Os elementos aqui propostos pretendem ser catalisadores de uma agenda capaz de aprofundar a relação Brasil-China tendo por base a implementação de estratégias com visão efetiva de longo prazo, que propicie maior articulação do lado brasileiro mas também maior eficácia dos instrumentos bilaterais que têm servido de alicerce para a relação, num contexto de oportunidades ensejadas pelas transformações globais e tecnológicas.

Não se trata, contudo, de reinventar elementos que têm funcionado ou de minimizar questões que são parte permanente de uma agenda Brasil-China, como os encontros de alto nível e as trocas políticas regulares, o intercâmbio cultural e acadêmico e a redução da brecha de conhecimento entre os dois países mediante a intensificação dos contatos interpessoais, bem assim os esforços específicos na área de promoção comercial ou do aprendizado do mandarim no Brasil. Tal agenda, que envolve inúmeras possibilidades de trocas acadêmicas e de vínculos empresariais e pessoais entre os dois países é parte integrante da agenda que constitui o foco deste trabalho.

Assim, seria preciso encontrar formas de revitalizar a COSBAN como instância de diálogo e monitoramento de políticas bilaterais, instituindo mecanismos mais ágeis de funcionamento. Embora o foro seja considerado por muitos pouco eficaz, esse fato deriva mais da falta de uma agenda aglutinadora do que propriamente de seu formato. Não convém ao Brasil, por outro lado, abrir mão de amplo mecanismo para diálogo anual com a China em todas as áreas de cooperação, do qual poucos países dispõem. Ressalte-se, ainda, o fato de que o atual Vice-Presidente da China, Wang Qishan, presidiu a COSBAN por muitos anos como Vice-Primeiro Ministro, o que poderia ensejar o fortalecimento ou relançamento do mecanismo sobre novas bases.

Na área de promoção comercial e de investimentos, a ação integrada da ApexBrasil à área comercial do Itamaraty continua a ser muito importante, sobretudo porque a promoção comercial e o acesso a mercados exigem articulações indispensáveis com órgãos públicos. Ao mesmo tempo, a realização e divulgação regular de monitoramento amplo das barreiras chinesas aos produtos e investimentos brasileiros é elemento importante para alimentar diálogos bilaterais. Tal elemento também facilitaria o estabelecimento de prioridades para o apoio específico ao setor privado na China.

Ainda, a instalação de escritórios ou representantes de entidades de classe brasileira na China, com vistas a fortalecer ações empresariais e de *advocacy* em setores considerados sensíveis pelo Brasil, é fundamental. Isso já ocorre na área agroalimentar e de transportes mas são pouco expressivas as iniciativas em outros setores, especialmente da indústria, a não ser como reação a problemas específicos. Ao mesmo tempo, os exportadores brasileiros de produtos manufaturados e serviços em muito se beneficiariam de um programa amplo e específico de promoção da imagem do Brasil na China.

Finalmente, este trabalho tampouco assume que a China tenha clareza sobre o potencial da agenda bilateral e multilateral proposta. Assim, ele também é um convite a um diálogo aprofundado por parte dos parceiros chineses nas diversas esferas de atuação, diplomática, econômico-comercial, financeira, de investimentos, científico-tecnológica, acadêmica e cultural. No momento em que a *Belt and Road* se expande, o aprimoramento dos mecanismos de diálogo efetivo com todos os parceiros é crucial para garantir alinhamento de objetivos e resultados mutuamente benéficos e que reflitam uma nova ordem em construção.





CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

José Luiz Alquêres

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Conselho Curador

Aldo Rebelo

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Joaquim Falcão

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

José Roberto Castro Neves

Luiz Fernando Furlan

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Maria do Carmo (Kati) de Almeida Braga

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Giannetti da Fonseca

Ronaldo Veirano

Sérgio Quintella

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Conselho Internacional

Albert Fishlow

Alfredo Valladão

Andrew Hurrell

Felix Peña

Julia Sweig

Kenneth Maxwell

Leslie Bethell

Marcos Caramuru

Marcos Jank

Monica de Bolle

Sebastião Salgado

MANTENEDORES

Em agosto de 2018

Instituições

ABIQUIM
Aeróleo Táxi Aéreo
Araguaia
Banco Bocom BBM
BMA Advogados
BNDES
Brookfield Brasil
Camargo Corrêa
Captalys Investimentos
Castello, Misorelli Assuntos Corporativos
Colégio Bandeirantes
Consulado Geral da Holanda no Rio de Janeiro
Consulado Geral da Irlanda em São Paulo
Consulado Geral da Noruega no Rio de Janeiro
Consulado Geral do Canadá no Rio de Janeiro
Consulado Geral do México no Rio de Janeiro
Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira
EDP
Eletrobras
Embraer
ENEVA
Equinor
ExxonMobil
FURNAS
George Washington University
Grupo Lorentzen
Icatu Seguros
Ipanema Investimentos
Itaú Unibanco
JETRO
Klabin
McLarty Associates
Museu do Amanhã
Musica Brasilis
Oi S.A
Oktri Empreendimentos
Pinheiro Neto Advogados
Prumo Logística
Queiroz Galvão
Repsol
Sanofi
Shell
Siemens
Souza Cruz
Steptoe & Johnson LLP
Tecnoil
Total E&P do Brasil
Vale
Veirano Advogados
Vinci Partners

Sócios individuais

Adriano Abdo
Álvaro Augusto Dias Monteiro
Álvaro Otero
Arminio Fraga
Carlos Eduardo Ernanny de Mello e Silva
Carlos Leoni de Siqueira
Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Christiane Aché
Claudine Bichara de Oliveira
Daniel Klabin
Décio Oddone
Eduardo Marinho Christoph
Eduardo Prisco Ramos
Evangelina Seiler
Fernando Bodstein
Fernando Cariola Travassos
Fernão Bracher
Frederico Axel Lundgren
Gilberto Prado
Henrique Rzezinski
Jaques Scvirer
João Felipe Viegas Figueira de Mello
João Roberto Marinho
José Francisco Gouvêa Vieira
Larissa Wachholz
Leonardo Coelho Ribeiro
Manuel Thedim
Marcelo Weyland Barbosa Vieira
Marcio João de Andrade Fortes
Maria Pia Mussnich
Mauro Ribeiro Viegas Neto
Mauro Viegas Filho
Paulo Ferracioli
Pedro Brêtas
Pedro Leitão da Cunha
Ricardo Haddad
Ricardo Levisky
Roberto Abdenur
Roberto Amadeu Milani
Roberto Guimarães Martins-Costa
Roberto Pereira de Almeida
Roberto Prisco Paraiso Ramos
Roberto Teixeira da Costa
Stelio Marcos Amarante
Tomas Zinner
Vitor Hallack
Winston Fritsch

EQUIPE CEBRI

Em agosto de 2018

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Gerente Geral

Luciana Gama Muniz

Coordenadora de Projetos

Monique Sochaczewski Goldfeld

Consultora de Projetos

Cintia Hoskinson

Assistentes de Projetos

Carlos Arthur Ortenblad Jr.

Gabriel Torres

Teresa Rossi

Coordenadora Administrativa

Fernanda Sancier

Secretária Executiva

Danielle Justa

Coordenadora de Comunicação e Eventos

Giselle Galdi

Consultora de Eventos

Beatriz Garcia

Coordenadora de Relações Institucionais

Barbara Brant

Consultora Institucional

Gina Leal

Serviços Gerais

Maria Audei Campos

Estagiários

Danielle Batista

Evandro Osuna

Luiz Gustavo Carlos

Mônica Pereira

Nathália Miranda Diniz Neves

OUTROS NÚCLEOS TEMÁTICOS DO CEBRI

NÚCLEO COMÉRCIO INTERNACIONAL

MEMBRO DO CONSELHO:

Embaixador José Alfredo Graça Lima

Ex-Subsecretário-Geral de Política II e Ex-Inspetor-Geral do Serviço Exterior no Ministério das Relações Exteriores, foi Embaixador nas Comunidades Europeias

SENIOR FELLOWS:

Pedro da Motta Veiga

Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) e Sócio-Diretor da Ecostrat Consultores

Sandra Rios

Diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) e Sócia da Ecostrat Consultores

POSITION PAPER:



NÚCLEO ENERGIA

MEMBRO DO CONSELHO:

Jorge Camargo

Foi presidente do IBP, da Statoil Brasil e diretor da Petrobras

SENIOR FELLOW:

Clarissa Lins

Sócia-Fundadora da Catavento Consultoria e Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)

POSITION PAPER:



NÚCLEO INFRAESTRUTURA

MEMBRO DO CONSELHO:

André Clark

Presidente e CEO da Siemens no Brasil

SENIOR FELLOW:

Clarissa Lins

Sócia-Fundadora da Catavento Consultoria e Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)

POSITION PAPER:



NÚCLEO MUDANÇA DO CLIMA, MEIO AMBIENTE E USO DA TERRA

MEMBRO DO CONSELHO:

José Luiz Alquéres

Presidente da JL Alquéres Associados, foi Presidente da Eletrobras

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO

SENIOR FELLOW:

Izabella Teixeira

Co-chair do Painel Internacional de Recursos (ONU), ex-Ministra do Meio Ambiente

NÚCLEO AMÉRICA DO SUL

MEMBRO DO CONSELHO:

Carlos Mariani Bittencourt

Vice-Presidente da FIRJAN e Presidente do Conselho de Administração de Participações Industriais do Nordeste

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO

SENIOR FELLOWS:

Denise Gregory

Professora no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Fabrizio Sardelli Panzini

Gerente da Unidade de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

NÚCLEO ESTADOS UNIDOS

MEMBROS DO CONSELHO:

Henrique Rzezinski

Foi Diretor de Relações Institucionais na ENEVA, Vice-Presidente na BG Brasil e na Embraer

Armando Mariante

Vice-Presidente Financeiro da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Foi Presidente do Scotiabank no Brasil e Vice-Presidente do BNDES

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO

NÚCLEO EUROPA

MEMBROS DO CONSELHO:

Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Ex-Secretário Geral do MRE, foi Embaixador no México, Espanha, Argentina, Alemanha, Santa Sé, OMC e ONU

Embaixador Gelson Fonseca Jr.

Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática da FUNAG, foi Embaixador no Chile e na ONU

José Luiz Alquéres

Presidente do Conselho de Administração da Eletrobrás; Secretário Nacional de Energia (1992) e Ex-Presidente da Eletrobrás

POSITION PAPER EM DESENVOLVIMENTO



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde 1998, o *think tank* de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito em 2017 o terceiro melhor da América do Sul e Central pelo índice global do Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade de Pensilvânia.

ONDE ESTAMOS:

Rua Marquês de São Vicente, 336
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brazil
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

cebri@cebri.org.br



www.cebri.org